



Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Pró-Reitoria de Graduação
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Graduação em Administração Pública Presencial

A SEGURANÇA PÚBLICA DE LIMOEIRO DO NORTE/CE

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

LIMOEIRO DO NORTE - CE

2019

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

A SEGURANÇA PÚBLICA DE LIMOEIRO DO NORTE/CE

Monografia apresentada à Universidade Aberta do Brasil, como requisito obrigatório para obtenção do título de graduado em Administração Pública.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos

LIMOEIRO DO NORTE - CE

2019

Ficha Catalográfica

2019 Silva, Raimundo Nonato da
S578s

A segurança pública de Limoeiro do Norte / Raimundo Nonato da Silva,
2019.
46 f.

Orientador: Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, Limoeiro do Norte, 2019.

1. Segurança Pública. 2. Polícia. 3. Limoeiro do Norte. I. Universidade
Aberta do Brasil. II. A Segurança Pública de Limoeiro do Norte

CE/UF/BSCA

CDD: (364.981)

Bibliotecário Responsável: Nome completo CRBXX/XXX (registro do Conselho de biblioteconomia)

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

A SEGURANÇA PÚBLICA DE LIMOEIRO DO NORTE/CE

Monografia apresentada à Universidade Aberta do Brasil, como requisito obrigatório para obtenção do título de graduado em Administração Pública.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos - (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira Leite Filho (1.ª Banca examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profª. Drª. Sandra Maria Guimarães Callado (2.ª Banca examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LIMOEIRO DO NORTE - CE

2019

Dedico este trabalho a todos os meus amigos
da Guarda Municipal de Limoeiro do Norte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, em especial à minha esposa, Juranice Chaves, que sempre me incentivou a perseverar nesse curso até o final.

A toda junta acadêmica desta faculdade, principalmente aos professores e tutores que me auxiliaram durante toda essa trajetória.

Por fim, também quero agradecer aos meus amigos, companheiros de trabalho, colegas de curso e a todos que prestaram qualquer tipo de apoio, incentivo e ajuda durante esse momento

Muito obrigado a todos!

*“A perseverança na busca do conhecimento pode
proporcionar dias melhores no futuro”*

R. N.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade, abordar o tema concernente à segurança pública a partir da necessidade de proteção realizada pelo Estado, que é o principal responsável na promoção da segurança em todo o Brasil. O estudo aborda as instituições presentes na cidade de Limoeiro do Norte, no Ceará, que têm como responsabilidade e objetivo proporcionar ao cidadão, o desfrute de uma cidade tranquila e segura, sendo algumas dessas instituições, o Raio, a Polícia Civil, a Polícia Militar, os Bombeiros e Guarda Municipal, além do uso de câmeras de videomonitoramento. Ademais, o presente trabalho apresenta inicialmente um breve histórico da segurança pública, abrangendo o início da formação das organizações que foram responsáveis pela segurança, mesmo que fosse de uma pequena parte da população, além de mostrar a legislação vigente que trata a respeito do tema e a situação atual em que se encontra tanto o Brasil, como o município de Limoeiro do Norte. Para complementar as pesquisas bibliográficas, foi realizado um estudo de campo com aplicação de questionários junto a alguns moradores aleatórios do município, avaliando a segurança pública, as instituições envolvidas e os principais problemas enfrentados pela cidade. Portanto, a partir da análise realizada tanto da pesquisa bibliográfica quanto a de campo, foi possível concluir que os índices de criminalidade e de violência do município estão diminuindo, proporcionando uma maior sensação de segurança e tranquilidade para a população, porém, é notado que o município apresenta o mesmo problema enfrentado por quase todas as cidades brasileiras: o tráfico de drogas.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança pública. Polícia. Município. Limoeiro do Norte.

ABSTRACT

The purpose of this work is to address the issue of public security based on the need for protection by the State, which is the main responsible for the promotion of security throughout Brazil. The study deals with the institutions present in the city of Limoeiro do Norte, in Ceará, which have as their responsibility and objective to provide the enjoyment of a quiet and safe city to the citizens, some of these institutions are RAIO, Civil Police, Military Police, the Fire and Municipal Guard, and the use of video surveillance cameras. In addition, the present work presents a brief history of public security, covering the beginning of the formation of organizations that were responsible for security, even if they were formed by a small part of the population, besides showing the current legislation that deals with the subject and the current situation that both, Brazil and the city of Limoeiro do Norte are. To complement the bibliographical researches, a field study was carried out with the application of questionnaires to some random residents of the city, evaluating the public safety, the institutions involved and the main problems faced by the city. Therefore, from the analysis of both the bibliographical and field research, it was possible to conclude that the crime and violence rates of the municipality are decreasing, providing a greater sense of security and tranquility for the population, however, it is noted that the municipality presents the same problem faced by almost all Brazilian cities: drug trafficking.

KEYWORDS: Public safety. Police. City. Limoeiro do Norte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Sexo.....	32
Gráfico 2 – Idade dos participantes.....	32
Gráfico 3 – Segurança Pública no Município no Município de Limoeiro do Norte.....	33
Gráfico 4 – Sensação ao andar pelas ruas da cidade.....	33
Gráfico 5 – Violência relatada pelos entrevistados.....	34
Gráfico 6 – Dados extras.....	34
Gráfico 7 – Principais delitos cometidos no município.....	35
Gráfico 8 – Instituições responsáveis pela Segurança Pública no Município.....	36
Gráfico 9 – Estas instituições são eficientes?.....	37
Gráfico 10 – Qual a mais eficiente?.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PERGUNTA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	15
1.3 JUSTIFICATIVA E ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	17
2.1.1 Legislação	18
2.1.2 Situação Atual.....	21
2.2 LIMOEIRO DO NORTE	23
2.2.1 Criminalidade	24
2.2.2 Os órgãos responsáveis por promover a Segurança Pública Municipal	25
3 METODOLOGIA.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	45
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA EM LIMOEIRO DO NORTE/CE	45

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um assunto em pauta, sendo um dos principais tópicos da gestão pública atual visando promover soluções efetivas a fim de diminuir os altos índices de violência ainda presentes no Brasil. Sabe-se que a segurança brasileira sempre foi algo que deixou a desejar, pois a falta de políticas públicas adequadas em conjunto com a ineficiência da polícia, acaba por contribuir para uma continuação dessas estatísticas. Assim, há uma necessidade de se entender o porquê que esse problema não busca ser resolvido de maneira eficaz.

Souza (2012, p. 1) indica alguns fatores que são responsáveis pelo caos brasileiro:

O aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos, a degradação do espaço público, as dificuldades relacionadas à reforma das instituições da administração da justiça criminal, a violência policial, a ineficiência preventiva de nossas instituições, a superpopulação nos presídios, rebeliões, fugas, degradação das condições de internação de jovens em conflito com a lei, corrupção, aumento dos custos operacionais do sistema, problema relacionados à eficiência da investigação criminal e das perícias policiais e morosidade judicial, entre tantos outros, representam desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil.

A insegurança, o medo e o receio são sensações bastante comuns no dia a dia de muitos brasileiros, pois a onda de violência no país ainda é bastante alta. Assaltos, furtos, balas perdidas, assédio, racismo, intolerância e muitos outros tipos de violência acontecem diariamente, principalmente nas grandes cidades dos estados brasileiros. Isso ocorre devido à ineficiência da polícia no combate à criminalização em conjunto com a falta de políticas públicas adequadas à situação do país, principalmente nas regiões mais carentes.

A garantia de ir e vir com segurança é um direito fundamental previsto pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado, assegurá-los (BRASIL, 1988). Não obstante, é notório que mesmo com todas as medidas impostas pelo Estado, estas ainda não são suficientes para possibilitar ao cidadão, o sentimento de tranquilidade e segurança ao andar pelas ruas das cidades brasileiras.

A Segurança Pública é prevista na Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 144, e possui por missão principal, a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Assim, por sua natureza, as polícias são os primeiros órgãos governamentais garantidores dos Direitos Humanos quando estes são violados.

Andrade (2017, p. 9) define segurança pública como sendo o “estado de normalidade que permite o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres, constituindo sua alteração ilegítima uma violação dos direitos básicos”. Assim, ela tenta quebrar as barreiras que estão associadas a temas como violência e criminalidade, tendo como objetivo, a promoção e propagação da paz, tranquilidade e segurança.

A maioria dos índices de violência se relaciona a certos grupos específicos, como negros, pobres, mulheres (feminicídio), Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) e relacionadas às polícias civis e militares. Conforme os dados do estudo de Caesar e Reis (2018), no Brasil, em 2017, houve 59.103 vítimas de assassinatos, sendo em média, uma a cada 9 minutos. Esse é um dado assustador, visto que é um número bastante elevado, comprovando assim, as altas taxas de criminalidade ainda existentes no país.

Um dado importante nesse cenário é que 71% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (MENEZES, 2017). Ainda segundo informações de Caesar e Reis (2018), é consenso entre os especialistas entrevistados por eles que o perfil daqueles que matam é extremamente parecido com o perfil daqueles que morrem, sendo, em geral, “homens negros de baixa renda, com baixa escolaridade, com até 29 anos, e moradores da periferia – especialmente locais onde o Estado é ausente e não atua com políticas públicas”.

Sobre a informação acima, muito é associado à falta de oportunidades que essas pessoas têm – negros, pobres e moradores da periferia, já que a falta de atividade do Estado no que se refere a educação, saúde e lazer acaba por “revoltar” esse grupo, dificultando o acesso a opções de melhoramento de vida. Não obstante, isso não é desculpa para essas pessoas optarem por uma vida na criminalidade.

Outro dado bastante negativo é relacionado aos homicídios contra as mulheres, onde um total de 4.473 mulheres foram mortas em 2017, sendo 6,5% maior que em 2016. Ou seja, isso significa aproximadamente que uma mulher foi morta a cada duas horas, ou 4,3 mulheres a cada 100 mil. Assim, o Brasil ocupa a 7ª posição de 87 entre os países mais violentos para as mulheres. Os dados sobre feminicídio mostra que em 2017, foram registrados 946 casos no país, 16,5% a mais que no ano anterior (BUENO; MARTINS, 2018). Apesar do aumento do número desses casos, um fator positivo é que também aumentou o número de registros ou denúncias.

O município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará, selecionado para os fins desta pesquisa, não se diferencia muito da realidade apresentada em alguns municípios

cearenses, como também no Brasil. A segurança pública é um tema que, de forma praticamente diária, está em pauta em todas as mídias (rádios locais, programas de TV do Estado e nas redes sociais).

Assim, esta pesquisa de campo, fundamentada com fontes acadêmicas, busca descrever a realidade da segurança pública no município de Limoeiro do Norte, uma cidade a aproximadamente 200 km de Fortaleza, capital do Ceará. A Princesinha do Vale, como também é conhecida, possui aproximadamente 60 mil habitantes (IBGE, 2017) e é uma das principais cidades do Vale do Jaguaribe.

Dentre os motivos para a seleção do município de Limoeiro do Norte para o desenvolvimento da pesquisa, destaca-se que o mesmo tem apresentado um crescimento populacional significativo ao longo dos anos, pois, a população de Limoeiro do Norte em 2000 era de 41.700, já em 2017 passou para 58.915, tendo um aumento de 17.215 habitantes num intervalo de 17 anos (LIMOEIRO DO NORTE, 2018). Isso acontece porque a cidade é um centro educacional e comercial, o que acaba atraindo bastante turistas e estudantes.

Além disso, a escolha pela cidade se dá por ela “exercer forte influência na região, notadamente por seu forte comércio, localização geográfica estratégica e pioneirismo em serviços públicos, educação saúde e segurança” (LIMOEIRO DO NORTE, 2018, p. 26).

Especificamente em Limoeiro do Norte, a violência no município está associada a diversos fatores de risco, como: as desigualdades social e econômica, a falta de distribuição de renda, a uma grande disponibilidade de armas e drogas, a falta de programas sociais de inclusão e a cultura de violência. A segurança da cidade já não é a mesma de dez anos atrás, visto que os hábitos da população vêm mudando com o passar dos tempos. Já não se vê mais as pessoas conversando nas calçadas até altas horas, ou até mesmo, crianças brincando nas ruas. A insegurança durante os momentos mais tensos da história da cidade, de certa forma, perdura até hoje.

1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

Diante do exposto na contextualização, a pesquisa aborda o problema da segurança pública em Limoeiro do Norte-CE e tem as seguintes perguntas de pesquisa:

Mesmo com todos os índices de violência no Brasil, o cidadão limoeirense consegue se sentir seguro?

As ações realizadas pelas instituições presentes no município são efetivas, a ponto de conseguir proporcionar segurança para seus moradores?

1.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste artigo é analisar se a segurança pública da cidade é capaz de promover uma sensação de segurança e bem-estar aos seus moradores, sendo eficiente e rápida.

Já os objetivos específicos buscam:

i) mostrar as organizações presentes no município que são responsáveis por proporcionar a segurança pública;

ii) descrever o crescimento quantitativo da violência no município;

iii) caracterizar as formas de violência praticadas no município e as principais causas da violência na cidade;

iv) examinar o papel determinante que a segurança pública precisa exercer sua função no município.

1.3 JUSTIFICATIVA E ESTRUTURA DO ESTUDO

A escolha desse tema se deu por ser algo bastante relevante na sociedade atual, já que os índices de criminalidade no país são altíssimos. Têm acontecido crimes bárbaros que tem chocado a população como nunca visto anteriormente, como os mais de 30 dias de terror no estado do Ceará, causado por facções no início deste ano, o fuzilamento feito pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, com mais de 80 tiros sofridos a um homem negro que estava no carro com a família, a execução de uma vereadora do Rio de Janeiro, e tantos outros crimes que acontecem diariamente.

A escolha do município de Limoeiro do Norte-CE ocorreu devido ser uma das principais cidades do Vale do Jaguaribe, tendo uma grande importância econômica, educacional e cultural para o Estado. Devido a isso, é importante analisar as ações que são realizadas no município com o fim de diminuir os índices de violência na cidade, como as condutas realizadas para evitar crimes maiores ou mais graves, o patrulhamento, a rapidez e eficiência que ocorrem para a resolução dos casos.

Assim, é necessário entender as medidas feitas pelas organizações policiais da cidade, que, apesar de todo o índice de criminalidade, vêm trabalhando para promover uma maior segurança ao cidadão limoeirense, visando paz e bem-estar à população.

Nesse sentido, o estudo apresenta a legislação municipal e os direitos da população deste município, não somente na visão humanitarista de organizações não governamentais, mas, também, na visão do Estado com dados dessa perspectiva para que tenham uma visão da segurança que lhe é proporcionada. Na sequência, no capítulo 2, é feita uma explanação do contexto atual da segurança pública no Brasil, seu histórico e legislação e no capítulo 3, discorre-se sobre a criminalidade e os órgãos responsáveis pela segurança pública que estão presentes em Limoeiro do Norte. Adicionalmente, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada com a população para analisar a satisfação dos cidadãos quanto ao serviço que vem sendo prestado por estas instituições responsáveis, como a Polícia Civil e Militar, o RAIIO e a Guarda Municipal, e possíveis melhorias ou sugestões propostas pelo próprio cidadão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

A Segurança Pública é um importante fator responsável pelo bem-estar do brasileiro, onde, por meio dela, o cidadão possui um acesso maior aos demais meios essenciais para uma vivência melhor, como saúde, educação e moradia. O Estado tem o dever de proporcionar de maneira eficaz, o funcionamento dos serviços públicos que remetam a segurança no Brasil, fazendo uso de políticas públicas baseadas na situação do brasileiro.

Os primórdios da segurança pública iniciaram, mesmo de forma ainda tímida, com a chegada da família real e da corte portuguesa ao Brasil, em 1808. Devido a esse fator, foi criada no Rio de Janeiro, que na época era a capital do país, a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que tinha diversas funções, entre elas, a função de polícia judiciária, de estabelecer e fiscalizar as punições, além de serem responsáveis por serviços públicos, como iluminação, obras urbanas, abastecimento de água e muitos outros (MARCINEIRO; PACHECO, 2005 apud CRUZ, 2013, p. 2). Assim, pode-se notar que, nessa época, a função da polícia ia além da segurança, ou seja, outras responsabilidades eram exercidas por esse órgão.

Já a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia foi criada aproximadamente um ano depois da chegada de D. João VI. Ela era subordinada ao Ministério da Guerra e à Intendência de Polícia e tinha como atribuições, “capturar escravos, desordeiros e criminosos e patrulhar para reprimir as ações de contrabando” (CRUZ, 2013, p. 2). Segundo o autor, nessa época, há uma mudança nas responsabilidades desse órgão, visto que se aproxima ao que vemos hoje, tendo um foco maior na segurança pública.

Mesmo com a Proclamação da Independência em 1822, a segurança do cidadão ainda era confundida com a segurança do país, pois, conforme Cruz (2013, p. 2):

Durante o Período Imperial, o país entrou em conflitos internos e externos, e a força policial, chamada de Guarda Real, atuou no espaço da defesa interna e da segurança nacional, agindo conjuntamente com o Exército Brasileiro, criado desde 1648. Somente poderiam fazer parte dessa Guarda os cidadãos eleitores, ou seja, indivíduos que possuíam renda mínima, conforme definição do art. 192 da Constituição Política do Império de 1824. Observava-se a determinação do grau de direitos através dos bens e, contudo, a divisão social entre os indivíduos.

Essa visão só veio a mudar apenas no Período Regencial, em 1831, quando houve a substituição da Guarda Real pelo Corpo de Guardas Municipais Voluntários Permanentes,

passando a ser organizada por província. Anos depois, “houve a alteração da nomenclatura, passando a ser conforme a Unidade Federativa, ou seja, como por exemplo, Polícia Militar do Estado do Ceará, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro etc.” (CRUZ, 2013, p. 2).

A Guarda Nacional Brasileira, uma organização independente do Exército, também foi criada nesse mesmo período. Seu objetivo era proteger a Constituição e a integridade do Império, mantendo a ordem interna.

No ano de 1866, a Guarda Urbana foi criada, sendo essa a precursora da Polícia Civil. Cruz (2013, p. 2) explica como era formada a Corte, sendo “composta por uma força policial militar e outra civil, sendo que a primeira se tornou força aquartelada, com operações de grande porte, e a segunda ficou com a atribuição da vigilância contínua da cidade”. A dissolução da Guarda Urbana se deu com antes da Proclamação da República, e que, quando foi proclamada, a responsabilidade da segurança pública foi transferida para os governos estaduais, porém, tal fato não foi efetivado eficazmente.

Depois disso, o processo de reforma da polícia ainda passou por mais alterações, tendo como principais, a criação das Forças Públicas, sua junção com as Forças Armadas, o controle do Governo dessas organizações nas épocas difíceis, a Ditadura Militar e a censura e força da Polícia Militar. Nesse período, conforme Cruz (2013, p. 3)

As Polícias Militares passaram a ser comandadas por oficiais do Exército, que imprimiram à corporação valores das Forças Armadas. Portanto, o Brasil adquiriu, nesse momento, um colaborador do período ditatorial, ou seja, uma polícia repressora que priorizava a segurança nacional, desfavorecendo a segurança pública e se inserindo num contexto negativo diante da sociedade brasileira.

Sobre as mudanças na legislação para tornar a segurança pública um direito de todos, ela se deu a partir da década de 80, com o término da Ditadura, por meio da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a legislação ainda não chegou a apresentar melhoras significativas, pois, na visão de Lima, Bueno e Mingardi (2016, p. 50), isso acontece devido a segurança pública no país ter sido marcada por “demandas acumuladas e mudanças incompletas”.

2.1.1 Legislação

Segundo o Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência

social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A partir desse artigo, foi que a Segurança Pública passou a ser um direito do cidadão e, coube ao Estado, à responsabilidade de promover a segurança por meio da criação de alguns órgãos, listados abaixo:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

É importante lembrar que não apenas cabe ao Estado a função de promover a segurança, mas que ela deve acontecer em parceria com a sociedade. Em virtude disso, cabe à população, cobrar do Estado medidas eficientes na busca por promover segurança, pois a segurança pública se relaciona não apenas ao Estado ou as polícias, mas sim, em sua parceria com a sociedade, sendo então, uma tarefa coletiva.

No ano de 2000, várias medidas foram tomadas para realizar melhorias na segurança pública, dentre elas, a Medida Provisória nº 2.029 e o Decreto nº 3.695. A Medida Provisória, também chamada de Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, destinava-se a financiar projetos na área da Segurança Pública, pois, em seu art. 3º, explica que é necessário que a “União, Estados, Municípios e o Distrito Federal unissem esforços para erradicar a violência, garantindo, dessa forma, uma sociedade livre, justa e solidária” (BRASIL, 2000a).

Já o Decreto de nº 3.695, criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, onde este tinha a “finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo” (BRASIL, 2000b).

Ele passaria a ser formado pelo Ministério da Justiça, da Fazenda, da Defesa e da Integração Nacional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e teria como objetivo principal, “identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza” (BRASIL, 2000b).

Cruz (2013, p. 6) explica que a população deve ajudar o Estado “na organização de ações da segurança pública, recuperando o caráter de cidadão, comprometendo-se com o

desempenho dos programas que visem à redução da insegurança da população e rompendo com estigmas sobre adesão popular na área”.

Já em 2018, pela Lei nº 13.675, foi criado tanto o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), como também a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com o objetivo de:

Preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. (BRASIL, 2018a)

Assim, por meio da criação dessas duas organizações, o sistema de segurança pública passa a ser integrado em todas as esferas, federal, estadual e municipal, de forma a compartilhar dados e informações entre elas. Isso significa que a Polícia Civil, Militar e Federal agirá de forma integrada e cooperativa, com o propósito de serem mais eficientes e obter maiores resultados.

Isso não significa a perda de autonomia, pelo contrário, pois

Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes da política nacional, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais. (BRASIL, 2018a)

O SUSP é regulado pelo Ministério da Segurança Pública e é constituído pelas Polícias Federal, Rodoviária Federal; Civil, Militar, Força Nacional de Segurança Pública e Corpo de Bombeiro Militar. Ademais, posteriormente os agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes estratégicos e operacionais do segmento da Segurança Pública serão integrados ao SUSP (BRASIL, 2019).

Os órgãos de segurança do Susp já realizam operações combinadas. Elas podem ser ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas e contar com a participação de outros órgãos, não necessariamente vinculados diretamente aos órgãos de segurança pública e defesa social – especialmente quando se tratar de enfrentamento a organizações criminosas. (BRASIL, 2019)

Sobre o PNSPDS, alguns de seus princípios são: “I - respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos; [...] III - proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 2018a). Pode-se influir que, mais uma vez, a segurança é assegurada pela legislação, sendo um direito de todas as pessoas e cabendo ao Estado, através dos órgãos responsáveis, cumpri-la.

A segurança pública continua atribuição de estados e municípios. A partir de agora, a União criará as diretrizes que serão compartilhadas em todo o País. As unidades da Federação assinarão contratos de gestão com a União, que obrigará o cumprimento das metas como a redução dos índices de homicídio e a melhoria na formação de policiais. (BRASIL, 2019)

Portanto, vê-se que a segurança pública é uma responsabilidade do Estado, mas também, é um dever de todos - União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios – zelar pela proteção de seus munícipes e exercer suas plenas funções no que se refere às atribuições de cada um.

2.1.2 Situação Atual

No artigo 4º da Medida Provisória de número 2.029, de junho de 2000, é dito que:

É indiscutível que a violência tem assumido proporções cada vez mais assustadoras nos grandes centros urbanos, verificando-se estar quase sempre associada à utilização de armas de fogo no cometimento dos mais variados crimes, o que deixa a população mais temerosa e ansiosa por medidas que minorem esse grave problema social. A criminalidade assumiu tal proporção que não basta apenas uma integração organizacional entre os componentes da segurança pública no momento que vivenciamos. A população vem assistindo, atônita, a atos de violência, cada vez mais frequentes, que estão a exigir o rápido reaparelhamento de todos os órgãos de segurança pública, o que, a toda obviedade, requer recursos financeiros de considerável monta. (BRASIL, 2000a)

Apesar de ser uma redação de quase 20 anos atrás, esta situação ainda não mudou, visto que ela retrata a situação de muitas cidades brasileiras, onde a criminalidade ainda domina a frente da ação policial. Diariamente ouvem-se casos trágicos e até assombrosos de violências causadas por gangues, facções e até mesmo pela polícia. Essa ainda é uma triste realidade do Brasil, que não tem medidas eficientes contra o combate ao crime e que ainda tem uma polícia despreparada. Isso acaba por contribuir para o contínuo processo de criminalização, dificultando cada vez mais o papel daqueles que tentam combater a violência, visto que, muitos daqueles que têm a responsabilidade de fazê-lo, acabam por realizá-lo.

Na visão de Lima, Bueno e Mingardi (2016, p. 50), a segurança pública, mesmo com todas essas transformações ao longo do tempo, “acaba subsumida às forças policiais e, mesmo após a Constituição de 1988, não consegue ser pensada para além da gestão da atividade policial e da lógica do direito penal”. Ou seja, ela acaba sendo incluída em algo maior, mas sem a real efetividade de suas atribuições,

Cruz (2013) explica que as necessidades sentidas pelas pessoas vão mudando de acordo com a evolução da sociedade, de forma que é necessário que a polícia possa se

reorganizar numa ideologia preventiva, com o propósito de promover a ordem pública, prestar auxílio à comunidade e orientá-la. Vê-se que a criminalidade ainda continua, apesar de todas as ações promovidas para combatê-las, assim é preciso que as políticas públicas e a ação policial sejam adequadas a situação atual da sociedade, e não seja igual à de décadas atrás.

A situação do país é muito crítica, visto que, segundo dados de Brasil (2018b), no país ocorrem mais assassinatos por ano do em cinco anos de guerra da Síria, já que o país registra aproximadamente 60 mil assassinatos anualmente, enquanto houve na Síria, cerca de 50 mil mortes durante esse período. No Brasil, desse total, apenas 8% dos criminosos são descobertos e sofrem punições jurídicas.

Um estudo recente publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) apontou que o Brasil possui 2,8% da população mundial, porém, possui 11% dos homicídios de todo o mundo (UNODC, 2014 apud LIMA, BUENO, MINGARDI, 2016, p. 51). Essa estatística traz o país em escala mundial, mostrando que realmente a violência é bastante alta, com mais de 1/10 dos homicídios mundiais.

Com esses dados, fica claro que a segurança pública está sendo feita de maneira errada, já que os números são altíssimos, sendo maiores que o de uma guerra. Caso estivesse sendo efetiva, os números não seriam tão absurdos. Isso ocorre por várias maneiras, dentre elas, a organização ineficaz das polícias brasileiras, visto que a Polícia Militar é a responsável o pelas ruas e a Polícia Civil pelas investigações, e ambas possuem uma rivalidade entre si.

Além dessa rivalidade, a falta de autonomia dos agentes policiais é outro fator que contribui para a demora da polícia em agir durante determinadas situações, ou seja, os agentes não podem tomar as decisões por si mesmo, necessitando de ordens superiores.

Para tentar solucionar o problema dessa rivalidade, foi apresentada mais uma comissão especial da Câmara dos Deputados, que propunha a desmilitarização da PM, se tornando apenas uma polícia: a Civil. Assim, “se tornaria uma polícia civil com a atribuição de policiar as ruas e também investigar. Já a atual Polícia Civil ficaria encarregada de investigar apenas os crimes mais complexos” (BRASIL, 2018b).

Ademais, com a Lei 13.675, criando SUSP e o PNSPDS essas duas instituições passarão a trabalhar mais em conjunto, uma ajudando a outro a fim de conseguirem serem mais efetivas no cumprimento de suas obrigações.

Portanto, é visto que em momentos positivos, onde há uma redução do número de homicídios, há uma perda da força do tema e nas ações para continuar a promover a segurança, combatendo a criminalidade e a violência.

Ganhos, como a forte redução entre 2000 e 2014 dos homicídios em São Paulo, tendem a perder força, na medida em que não há normas técnicas, regras de conduta ou padrões capazes de modificar culturas organizacionais ainda baseadas na defesa do Estado e não da sociedade. Basta vermos a forma como as polícias reagiram às manifestações sociais de julho de 2013, ora com excesso, ora com omissão. Falta-nos um projeto de governança das polícias brasileiras e de alinhamento das políticas de segurança pública aos requisitos da democracia e à garantia de direitos humanos. As instituições policiais e de justiça criminal não experimentaram reformas significativas nas suas estruturas. Avanços eventuais na gestão policial e reformas na legislação penal têm se revelado insuficientes para reduzir a incidência da violência urbana, numa forte evidência da falta de coordenação e controle. (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016, p. 50)

Lima, Bueno e Mingardi (2016) ainda continuam explicando que, apesar de estudos mostrarem que os indicadores econômicos e sociais do país estão melhores, as taxas de crimes letais são muito altas, colocando o Brasil entre os países mais violentos do mundo, e isso é avaliando só os homicídios, mas ainda tem outros crimes violentos, como roubos, sequestros lesões, etc..

Portanto, é visto que, apesar de todo o esforço do Estado, as medidas realizadas por ele não têm sido de grande mudança, pois os índices de violência continuam extremamente altos e, em muitas regiões, o tráfico e as facções dominam, não permitindo nenhuma intervenção do Estado, e, quando elas ocorrem, é bem mais violento ainda.

Ademais, tem-se também, a ineficácia da polícia brasileira, em conjunto com a corrupção de seus agentes, que muitas vezes, acabam por ajudar os criminosos e a ineficiência do sistema punitivo aos que descumprem a lei.

Na sequência, descreve-se brevemente o escopo da pesquisa, no caso o município de Limoeiro do Norte, localizado no estado do Ceará.

2.2 LIMOEIRO DO NORTE

A cidade de Limoeiro do Norte está localizada no interior do Ceará, à 200 km da capital, Fortaleza. Localiza-se na região do Vale do Jaguaribe, sendo uma das principais cidades da região, por seu polo educacional, de saúde, seu comércio forte e sua localização geográfica. É comumente chamada também de “Princesinha do Vale”, por suas belezas

naturais e ficou conhecida no século XX por ser a “Terra das Bicicletas”, visto que a quantidade desse meio de transporte era muito grande.

A cidade foi fundada em 1897 e atualmente possui aproximadamente 60 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2017), sendo uma das poucas cidades do estado do Ceará com mais de 50 mil habitantes.

Para a segurança da cidade, Limoeiro do Norte conta com o Batalhão do RAIO, uma Delegacia de Polícia Civil (11º Região), uma Delegacia da Polícia Militar (4º Companhia do 1º BPM) e uma Guarda Municipal com 33 agentes (TVJ1, 2016b).

A seguir são discutidos alguns pontos importantes relacionados ao foco do presente trabalho, como criminalidade e os órgãos responsáveis por promover a segurança pública municipal.

2.2.1 Criminalidade

A criminalidade na cidade de Limoeiro do Norte não é algo que acontece em grande escala, visto que a maioria dos casos acontece de forma isolada e se referem, na maioria das vezes, ao tráfico de drogas, como também casos de vinganças.

O episódio marcante mais recente aconteceu em 2016, onde aconteceu oito homicídios em menos de 12 horas. Em uma troca de tiros e a polícia na tentativa de acabar um assalto à uma loja de móveis, um policial e três bandidos acabaram morrendo, já as outras quatro mortes estariam relacionadas ao tráfico de drogas (G1 CE, 2016).

Em 2017 também aconteceu uma onda de criminalidade tomou conta do município, deixando toda a população com medo e insegura, pois houveram sete homicídios em apenas 16 dias. As hipóteses eram de que essas mortes estariam ligadas ao tráfico de drogas. A Polícia Militar, por meio do Comando do Policiamento do Interior Sul (CPI) foi a responsável por iniciar uma nova operação a fim de combater o crime na região jaguaribana (RIBEIRO, 2017).

O ano de 2019 tem sido muito movimentado quando relacionado à criminalidade, pois, só este ano no Ceará, já houveram 952 homicídios registrados (RIBEIRO, 2019). Isso dá uma média de 6,6 mortes por dia ou uma morte a aproximadamente a cada 3,6 horas.

A tensão define a sensação de muitos cearenses no início desse ano, visto que houve mais de 25 dias de terror realizadas por facções criminosas que queriam a saída do Secretário

da Administração Penitenciária, Mário Albuquerque. A motivação dos ataques foi devido às mudanças feitas pelo Secretário dentro dos sistemas prisionais.

Ao todo, foram quase 500 pessoas detidas em mais de 250 ações criminosas realizadas em todo o estado, como incêndios em coletivos, ataques à prédios públicos, tentativas de obstrução de pontes e viadutos, ataques às torres telefônicas, etc. Limoeiro não ficou de fora, já que criminosos explodiram uma base telefônica na cidade, deixando 12 cidades sem cobertura telefônica (G1 CE, 2019).

Para isso, contou-se com o apoio em conjunto com o Batalhão de Divisas, do Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual (BPRE), do Comando Tático Rural (COTAR), do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), e a PM das cidades de Russas, Tabuleiro do Norte, Jaguaribara, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Pereiro e Iracema. Com isso, o trabalho foi realizado não somente em Limoeiro do Norte, mas em toda a região (RIBEIRO, 2017).

Ainda no início desse ano, uma ação conjunta da Polícia Civil do município e de Fortaleza, realizaram a prisão de um suspeito de tentativa de homicídio. O crime aconteceu em Limoeiro, mas ele só foi preso em Fortaleza (CEARÁ, 2019).

Ademais, apesar dessas situações, a cidade não tem apresentado mais tantos registros de violência como antes. Há alguns homicídios e assaltos, porém, em menor escala. Sobre os órgãos responsáveis por promover a segurança municipal, serão falados no tópico seguinte.

2.2.2 Os órgãos responsáveis por promover a Segurança Pública Municipal

Na cidade de Limoeiro do Norte, estão presentes várias entidades que são responsáveis por realizarem a segurança pública do município, como a Polícia Civil, a Polícia Militar, o RAIO e a Guarda Municipal. Neste tópico serão falados a respeito de cada uma delas, como suas funções, seus objetivos e etc.

- **Polícia Civil:** Polícia Civil é o órgão responsável pelo cumprimento da lei, fiscalização de mandatos jurídicos e acompanhamento dos inquéritos policiais e denúncias criminais, além de organizar e acompanhar grandes eventos. Assim a função exercida pelos profissionais dessa área é “investigar todos os crimes que aconteçam no estado, exceto os militares, e garantir o cumprimento da lei, fiscalizando e cumprindo mandados judiciais” (NICASTRO, 2018, p. 1).

Outras funções da Polícia Civil são: “manter um banco de dados atualizado sobre a população, sendo o órgão responsável pela emissão de Carteiras de Identidade e Atestados de Antecedentes Criminais e autorizar a realização de grandes eventos e fiscalizar atividades comerciais locais”. (NICASTRO, 2018, p.1). Além disso, são também atribuições da Polícia Civil, investigar crimes, fazer perícias e recolher depoimentos para a construção do Inquérito Policial.

O inquérito deve ter informações completas e possíveis de se provar, pois servirão como base para as denúncias criminais que serão feitas pelo Ministério Público. Depois da denúncia feita, o processo será julgado. Além disso, é de responsabilidade da polícia cumprir os mandatos judiciais quando expedidos, como de apreensão (de bens, documentos, objetos) e prisão. (NICASTRO, 2018, p. 1).

A Delegacia Municipal de Limoeiro do Norte (11^a Região), está localizada na rua Luís Vicente Pereira Lima, 400, no Bairro José Simões.

- **Polícia Militar:** A Polícia Militar, segundo a Constituição Federal, é a responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). Assim, o PM busca “fiscalizar e coibir atividades ilícitas de forma imediata, prevenindo crimes e fazendo com que os indivíduos respeitem a legislação, tudo isso buscando aumentar a sensação de segurança na sociedade” (SOUZA, 2017, p. 1).

Assim, essa organização é responsável pelos atos ilícitos em andamento, ou seja, prisões em flagrante, mandados de busca e apreensão, blitzes e revistas que não precisa de investigação. Além do mais, é ela que a responsável por eventos de rua, como protestos, manifestações, passeatas, etc. (SOUZA, 2017).

Em Limoeiro do Norte, a sede da 4^a CIA do 1^o BPM se localiza na Rua Cândido Olímpio Freitas, 1719, Sítio Socorro. Em junho de 2016, o Batalhão disponibilizou um número de WhatsApp para que as pessoas pudessem denunciar crimes de qualquer natureza, como homicídios, furtos, tráfico de drogas, etc., podendo ser enviados fotos, vídeos e documentos. A PM garante o sigilo absoluto e explica que a iniciativa é para aproximar mais

a população da corporação, nas circunstâncias em que seja necessária a presença da polícia (TVJ1, 2016a).

No final de 2018, foi integrado à frota de viaturas, mais 5 carros com o objetivo de reforçar o patrulhamento e promover mais segurança à cidade. Os veículos contam com toda a estrutura para as funções policiais, tablets de monitoramento das operações em tempo real e GPS (TVJ1, 2018).

- **Raio:** O Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio), foi fundado no dia 12 de março de 2004. Conhecida como a polícia motorizada, ela é o maior batalhão de policiamento feito com motos no Brasil. (CEARÁ, 2018b)

O Raio surgiu para aumentar o policiamento com motos nas ruas de Fortaleza, já que “as motocicletas estavam sendo cada vez mais utilizadas por criminosos em práticas delituosas, por possuírem facilidade para se locomover em terrenos estreitos ou de difícil acesso para as viaturas” (CEARÁ, 2018b).

Em Limoeiro do Norte, o BPRaio foi instalado no dia 4 de maio de 2018, e foi a 22ª cidade a receber o Batalhão do Raio no Estado do Ceará, em sua segunda fase de interiorização, sendo no total, 42 homens, 16 motos e uma viatura. Para isso, o investimento foi de R\$ 900 mil, tendo a sede exclusiva do Batalhão sido construída em parceria com a Prefeitura local. (CEARÁ, 2018a).

- **Bombeiros Militares:** Esses profissionais são servidores públicos, que diferentemente do Bombeiro Civil, trabalha atendendo toda a população de modo geral. O objetivo do Corpo de Bombeiro Militar é garantir a segurança de todos os civis, seja qual for a situação.

Os bombeiros, apesar de também serem responsáveis pela segurança pública, realizam atividades diferentes das demais organizações, visto que, em conforme art. 144, § 5º: “às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”.

Em Limoeiro do Norte, tem-se a 2ª Companhia de Bombeiros – 2ªCia/4ºBBM, que se localiza na Avenida Manoel Fidelis Maria, 1923, no Bairro Antônio Holanda. O Batalhão é formado por 29 profissionais e conta com dois carros e dois caminhões.

- **Guarda Municipal:** A Guarda Municipal é, segundo Ventris (2010, p. 91), “Instituição Pública Municipal, uniformizada, hierarquizada, desmilitarizada, armada ou não, de criação constitucionalmente facultativa, por iniciativa exclusiva do Executivo Municipal”. Assim, cabe ao município, por meio de Lei, fazer uso dessa organização de forma a fortalecer a segurança pública e promover uma melhor organização da cidade.

Assim, ela “possui poder de polícia administrativa para agir em situações onde o cumprimento das leis municipais se faz imperioso, em casos de ameaça à ordem ou à vida e em situações de calamidade pública” (GREY, 2017, p. 1). A Guarda Municipal também pode agir em qualquer situação de flagrante ou delito, em conformidade com o artigo 301 do Código de Processo Penal, que diz que “qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito” (BRASI, 1941).

Em conformidade com o Artigo 144, § 8º, que define que “os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei” (BRASIL, 1988), em 2013, foi sancionada a Lei nº 1739, de 27 de março, na qual instituiu e normatizou na cidade, as estrutura, as atribuições e a organização da Guarda Municipal (LIMOEIRO DO NORTE, 2013)

Assim, as principais funções da Guarda Municipal Limoeirense relacionadas à Segurança Pública previstas no art. 5º dessa lei são:

- I – garantir o pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivas, sociais e políticas, proteger o cidadão, órgãos, entidades, serviços e o patrimônio do Município de Limoeiro do Norte;
- II – exercer a atividade de orientação e proteção dos agentes públicos e dos usuários dos serviços públicos municipais;
- III – prestar serviços de vigilância nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta do Município;
- IV – auxiliar nas ações de Defesa Civil sempre que estiverem em risco bens, serviços, instalações municipais e, em outras situações;
- V – auxiliar o exercício da fiscalização municipal, sempre que estiverem em risco bens, serviços, instalações municipais e, em outras condições e situações excepcionais;
- VI – garantir a preservação da segurança e da ordem nos próprios municipais sob sua responsabilidade;
- VII – planejar, coordenar e executar ações de interação com os cidadãos;
- IX – manter seus planos e ordens permanentemente atualizados, de forma a garantir sempre a qualidade de seus serviços;
- X – assegurar que suas ações estejam sempre fundamentadas no respeito à dignidade humana, à cidadania, à justiça, à legalidade democrática e aos direitos humanos;
- XI – atuar de forma preventiva nas áreas de sua circunscrição, onde se presume ser possível a quebra da situação de normalidade;
- XII – atuar com prudência, firmeza e efetividade, na sua área de responsabilidade, visando ao restabelecimento da situação de normalidade, pré cedendo eventual emprego da Força Pública Estadual;

- XIV – integrar as políticas, diretrizes e programas de segurança pública, Proteção e Defesa Civil e de trânsito no município;
- XV – articular e apoiar as ações de Segurança Pública e Proteção e Defesa Civil desenvolvidas por Forças de Segurança Estadual e Federal nos limites do Município;
- XVI – contribuir para a prevenção e diminuição da violência e da criminalidade, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;
- XVII – promover a proteção do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural, ecológico e paisagístico do Município;
- XVIII – realizar policiamento preventivo permanente no território do Município, para a proteção da população e do patrimônio público, objetivando diminuir a violência e a criminalidade;
- XIX – prevenir e inibir atos delituosos que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, priorizando a segurança escolar;
- XX – estabelecer mecanismos de interação com a sociedade civil para a discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança nas comunidades;
- XXI – estabelecer articulação com órgãos municipais de políticas sociais, visando às ações interdisciplinares de segurança no Município;
- XXIII – desenvolver e apoiar ações que visem à prevenção e projetos especiais anti-drogas;
- XXIV – praticar demais atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas por Decreto. (LIMOEIRO DO NORTE, 2013, p. 2-4)

Assim, vê-se que os guardas municipais também são uma opção que o município pode oferecer para proporcionar uma maior segurança à cidade, visto que suas funções e responsabilidades são bastante abrangentes, tendo como propósito o bem-estar da população.

- **Câmeras de Videomonitoramento:** No dia 4 de maio de 2018, foi inaugurado o sistema de videomonitoramento integrado de segurança do Município de Limoeiro do Norte, sendo a 10ª cidade do Ceará a receber esse sistema. Ao todo, são 15 câmeras espalhadas pela cidade, algumas com capacidade de giro 360 graus e outras que permitem a leitura de placas de veículos, inclusive durante a noite. Há uma sala que permite um agente acompanhar tudo ao vivo. (CEARÁ, 2018).

Esse projeto do Estado do Ceará estabelece a instalação de aproximadamente 700 câmeras em 38 cidades com população acima de 50 mil habitantes. O investimento anual do Governo para esse serviço (disposição das câmeras e operação do serviço) é de aproximadamente R\$ 20 milhões para as 38 cidades (CEARÁ, 2018).

3 METODOLOGIA

Este capítulo está relacionado à forma de construção do trabalho e o processo de desenvolvimento, de forma a permitir ao leitor, uma maior compreensão de como se deu a obtenção de dados e de como foi feita a análise dos resultados.

Quanto aos procedimentos utilizados para a consecução da pesquisa, após a escolha do tema e da formulação da pergunta de pesquisa, deu-se início ao estudo bibliográfico, analisando autores e suas respectivas pesquisas, selecionando informações e dados para posteriormente ir adequando ao corpo do texto. Nesta etapa, foram feitas relações entre as pesquisas estudadas e a formação do presente trabalho, para se ter um maior embasamento teórico e dar uma maior veracidade e comprovação do tema. Após a revisão de literatura, foram selecionadas as principais informações para a formulação do texto, deu-se início sua construção, adequando-as por tópicos semelhantes e colocando-as em ordem.

A metodologia significa o estudo do método, ou seja, o estudo desse percurso, sendo composta pelas diversas formas de como foi feito tais processos, os procedimentos, informações, técnicas aplicadas, a população amostral, etc. Por sua vez, o termo “científico” é derivado da palavra “ciência” e quer dizer “conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 11). Dessa forma, a metodologia científica significa o estudo do método de forma mais profunda, por meio de uma análise minuciosa dos dados e a sua relação com o meio científico.

Diferentemente da metodologia, o método de pesquisa está relacionado a todos os recursos, técnicas, instrumentos e estratégias utilizadas para a obtenção de dados, ou seja, é a maneira como ele é executado. Portanto, é por meio do método que se busca alcançar as metas presentes no objetivo que foi estabelecido.

Dentre as diversas classificações existentes para identificar os tipos de pesquisa, optou-se pelos caracteres explicativo e exploratório, visto que o explicativo se dá pela busca de identificar os fatores que contribuem com a ocorrência de um fenômeno (MORETTI, 2018) e exploratório, já que tem o objetivo de possibilitar uma maior familiaridade com o problema, de forma a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2007).

Assim, para a composição do trabalho, inicialmente utilizou-se a pesquisa baseada em estudos e pensamentos de outros autores, ou seja, de cunho teórico. Os principais autores

utilizados foram Cruz (2013), Lima, Bueno e Mingardi (2016), Sousa (2012), dentre outros. Gil (2002) explica que a vantagem da pesquisa bibliográfica é porque ela possibilita analisar uma grande variedade de dados, onde sem ela, o pesquisador não teria como realizá-la pessoalmente, especialmente quando o tema é muito amplo.

Ademais, foi feito também um estudo de caso único, por meio de aplicação de um questionário, contendo 18 questões, para avaliar a opinião da população de Limoeiro do Norte-CE sobre a segurança pública do município em questão. As perguntas do questionário (APÊNDICE A) possuem características tanto objetivas como subjetivas. Foram selecionadas 10 pessoas de forma aleatória, tendo como requisitos, ser morador da cidade de Limoeiro do Norte e ter acima de 18 anos de idade.

Assim, a pesquisa de campo possibilitou avaliar o conhecimento da população limoeirense a respeito das instituições responsáveis por promover e garantir segurança e bem-estar a população, além de verificar o sentimento destas a respeito do tema e a sua opinião sobre a eficácia das instituições responsáveis pela segurança pública da cidade de Limoeiro do Norte-CE.

Sobre o tipo de abordagem, classifica-se tanto como qualitativa, que procura analisar de forma mais analítica e perceptiva sem o emprego de métodos estatísticos robustos.

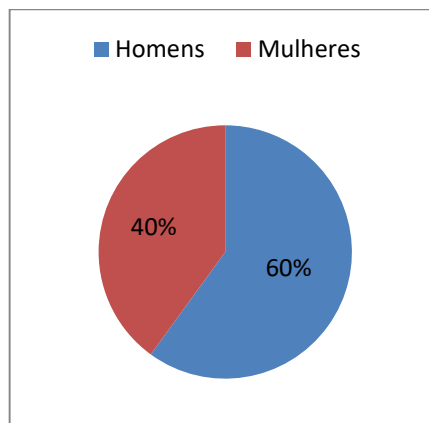
Sobre a análise dos dados coletados pelas aplicações dos 10 questionários, estes foram organizados em gráficos para uma melhor visualização. Ao final da análise dos dados expostos, foi-se comparado com as informações expostas pelos autores estudados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção serão apresentados os resultados obtidos por meio das respostas dos 10 questionários aplicados, contendo 18 perguntas, de natureza tanto objetiva, como subjetiva, com o propósito de analisar a situação atual da cidade pela opinião e relato de alguns moradores do município de Limoeiro do Norte-CE.

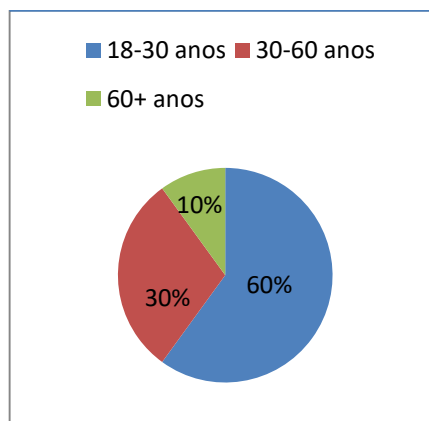
Dos 10 respondentes do questionário da pesquisa, 6 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Sobre a faixa etária dos respondentes, 60% possuíam entre 18 e 30 anos de idade, 30% tinham entre 30 e 60 anos e 10% possuía mais de 60 anos, conforme apresentam o Gráfico 1 e o Gráfico 2.

Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor.

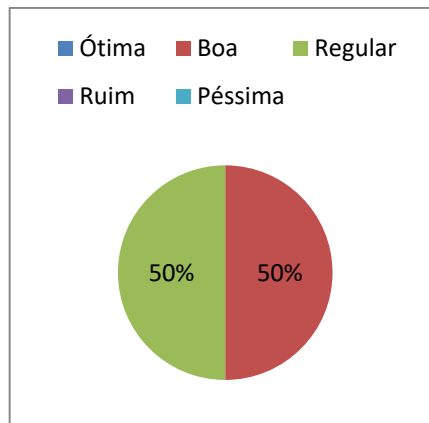
Gráfico 2 – Idade dos participantes



Fonte: Elaborado pelo autor

A primeira pergunta do questionário avaliou sobre a segurança no município, onde 50% dos respondentes classificaram como boa e os outros 50% como regular, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – A Segurança Pública no Município de Limoeiro do Norte

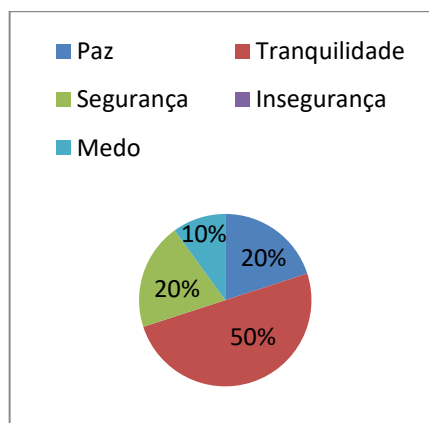


Fonte: Elaborado pelo autor.

Com esses dados, vê-se que a segurança não está em más condições, visto que não foi avaliada de forma negativa. No entanto, observa-se que ainda há o que melhorar nas ações realizadas pelos órgãos responsáveis pela segurança pública da cidade.

Já sobre o sentimento ao andar pelas ruas da cidade, o Gráfico 4 mostra que 50% dos respondentes disseram que se sentem tranquilos, 20% disseram ter paz, 20% afirmou se sentir seguro e apenas 10% dos respondentes afirmou sentir medo.

Gráfico 4 – Sensação ao andar pelas ruas da cidade



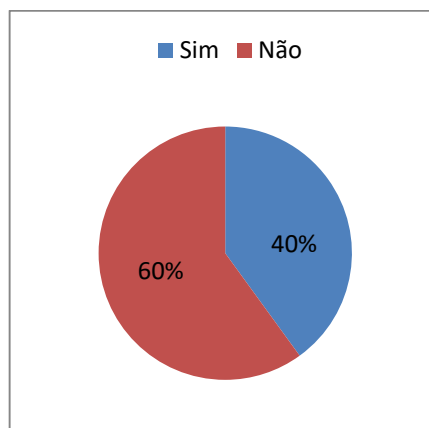
Fonte: Elaborado pelo autor.

Adicionalmente, as informações expostas nos Gráficos 3 e 4 indicam, em linhas gerais, que a segurança, apesar de não ser completamente exemplar, já que os dados não

apresentaram “ótimo”, ela possibilita ao cidadão, ter uma sensação de segurança na maioria das pessoas, ao andar pela cidade de Limoeiro do Norte-CE.

Em seguida, foi questionado se os respondentes já haviam sofrido algum tipo de violência no município, seja violência doméstica, no trânsito, assaltos, furtos ou qualquer outro tipo. As respostas mostraram que 40% já passaram por situações como essas, onde todos disseram que foi assalto e que o problema não foi resolvido (ver Gráfico 5 e 6).

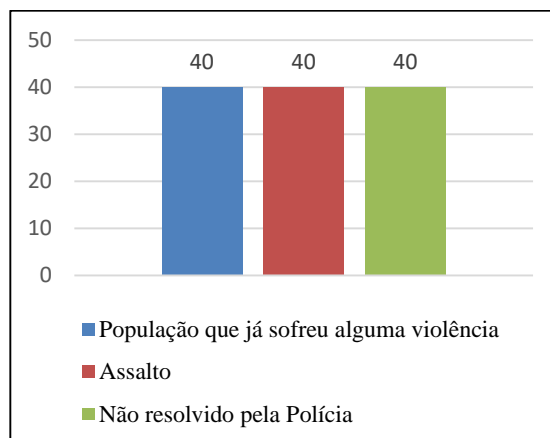
Gráfico 5 – Violência relatada pelos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Infelizmente, a resolução de problemas como esses quase nunca é resolvida. Se apenas 8% dos casos de homicídios são investigados no Brasil (G1, 2014), quanto mais em casos mais simples, como assaltos e furtos. O Gráfico 6 mostra que 100% das pessoas que já sofreram algum tipo de violência não tiveram seus problemas resolvidos.

Gráfico 6 – Dados Extras



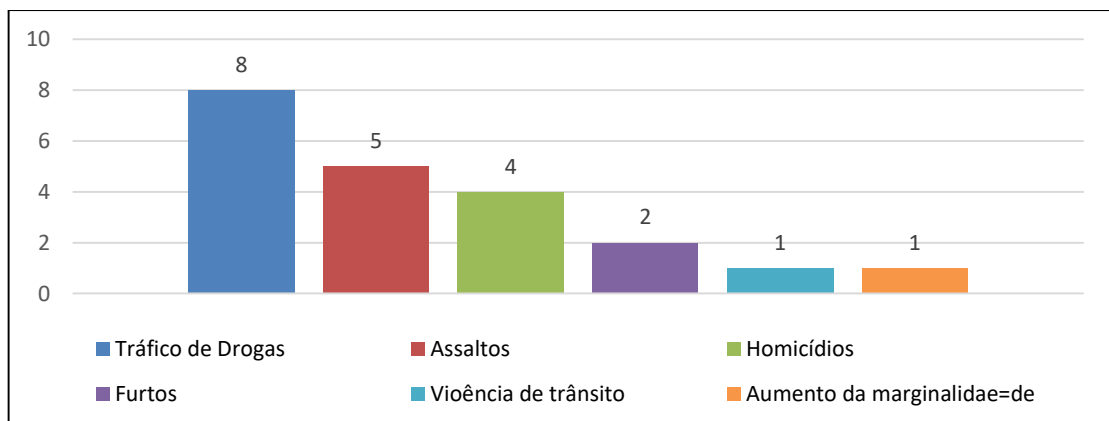
Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando a segurança do município com alguns anos atrás, 70% dos entrevistados afirmaram que a criminalidade e os índices de violência diminuíram, 20% acha que elas continuam estáveis e apenas 10% não souberam responder.

Mesmo que as respostas não mostrem unanimidade, sua grande maioria defende que a crise de violência diminuiu. Comparando com dados do Brasil que foram expostos na pesquisa bibliográfica, em que o número de homicídios cresce cada vez mais, Limoeiro do Norte apresenta um resultado positivo, visto que os números de casos assim vêm diminuindo, proporcionando um sentimento de maior segurança e tranquilidade para os moradores e visitantes da cidade. Não obstante, isso não significa que não há casos ou registros de qualquer tipo de violência. Isso é mostrado tanto pelos gráficos acima quanto no que se segue.

Posteriormente, por meio de pergunta aberta, foi-se questionado sobre as principais causas da criminalidade da cidade (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Principais delitos cometidos no município



Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados apontam o tráfico de drogas como sendo o principal, seguido por assaltos e assassinatos. Furtos, aumento da marginalidade e violências de trânsito também foram citadas. Sobre os principais delitos cometidos, o tráfico de drogas continua sendo o principal, tendo sido escolhido por 80% das pessoas entrevistadas, já os assaltos representam 20% da população entrevistada. Assim, pode-se perceber que o tráfico de drogas é um problema impactante no município, necessitando de ações e medidas eficazes no combate a esse crime. Infelizmente, a pesquisa traz outro dado muito negativo – a participação de

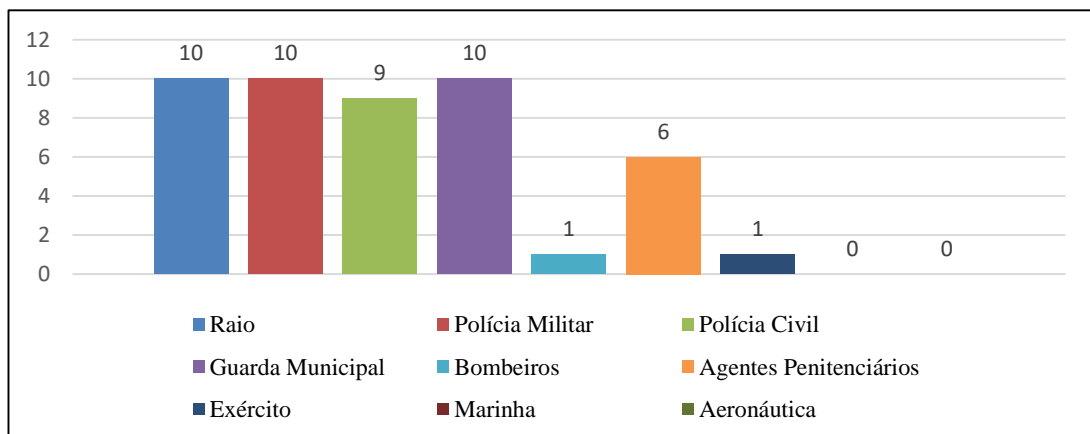
menores de idade na realização desses delitos, visto que todas as respostas afirmaram que eles participam.

Esse não é um problema visto apenas no município, mas sim, em todo o território nacional, onde os jovens são justamente escolhidos por não poderem ir presos. Por isso, tem-se debatido bastante sobre a questão da redução da maioridade penal, já que eles estão cada vez mais no mundo do crime. Nesse ponto, verifica-se a necessidade da educação e ocupação por meio de esportes ou de outras atividades para esses jovens.

Adentrando nos conhecimentos das pessoas sobre as instituições responsáveis pela segurança pública, 60% afirmou que sabe quais são as instituições, 20% disse que não sabe e 20% ficou no meio termo. Desses 60%, houveram 6 menções à Polícia Militar, 4 ao Raio e à Polícia Civil, 5 à Guarda Municipal, 2 aos Guardas Municipais de Trânsito e 2 aos Bombeiros. Vale ressaltar que, segundo o art. 144 da Constituição Federal, os guardas municipais de trânsito e agentes penitenciários não são responsáveis por promover a segurança pública.

Depois de questionado se os respondentes sabiam quais eram as instituições responsáveis por prestar serviço de segurança pública, foi-se perguntado a respeito das instituições estavam presentes em Limoeiro do Norte. Nos itens dispostos no questionário, estavam inclusas algumas outras instituições que não tem a responsabilidade prevista no artigo 144 da Constituição, como o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e os Agentes Penitenciários. Os dados das respostas estão expostos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Instituições responsáveis pela Segurança Pública no Município

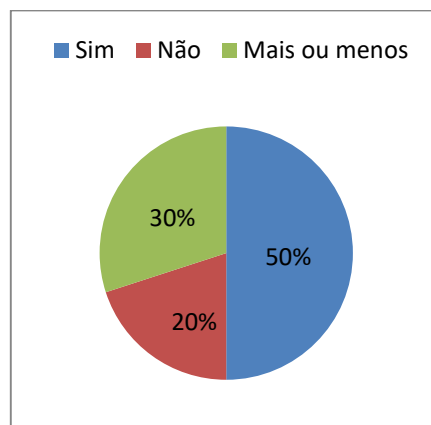


Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, percebe-se um equívoco de uma parte da população ao inserir os agentes penitenciários nessa lista. Já o Exército, ele só pode intervir em situações críticas, “caracterizadas pelo grau de comprometimento da ordem pública e pela aplicação ou não de salvaguardas constitucionais” (SILVA, 2006, p. 1).

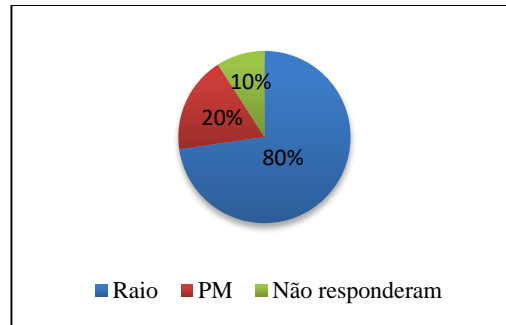
Sobre a eficiência dessas instituições, as informações do Gráfico 9 mostram que 50% dos respondentes afirmam que elas são eficientes, 30% que são mais ou menos e 20% que não são eficientes. Apesar de a metade achar que tais instituições estão realizando suas funções de forma adequada, a outra metade ainda tem dúvidas a respeito da eficiência da ação das polícias e demais organizações.

Gráfico 9 – Estas Instituições São Eficientes?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em seguida, o Gráfico 10 mostra que 80% dos respondentes afirmaram que o Raio é a mais eficiente dentre todas, 10% escolheram a Polícia Militar e 10% não responderam. Isso pode ser relacionado ao fato de que muitas vezes, a polícia está associada a algum tipo de suborno ou a ações criminosas. Não que isso seja regra, porém, as pessoas acabam por generalizar os fatos. Essas associações acabam por denegrir a imagem e ação dos demais policiais. Devido a isso, o Raio é a instituição em que o cidadão limoeirense mais confia.

Gráfico 10 – Qual a mais eficiente?

Fonte: Elaborado pelo autor

A respeito do transporte, 60% dos respondentes afirmaram que ocorre melhor quando utilizado motocicletas, já 40% acha que o uso de viaturas é mais viável. Podem-se comparar esses dados com a opinião da população sobre qual é a instituição mais eficiente. O Raio é a mais escolhida dentre elas, e é uma das únicas que usa motocicleta para realizar seu trabalho, sendo o seu diferencial. Se o uso das motocicletas é realmente mais eficaz, na visão da população, a presente pesquisa apresenta que sim.

Sobre o número dessas organizações e o endereço delas, 70% dos respondentes afirmou que sabe para quais números ligar ou para onde deva ir caso aconteça algo, 10% disseram que sabem mais ou menos e 20% respondeu que não sabe.

Por fim, em pergunta aberta, os respondentes sugeriram algumas ações que poderiam melhorar a questão de segurança pública na cidade, como um maior investimento nas organizações policiais e policiamento mais abrangente, com mais policiais e viaturas, o acesso à educação e atividades ocupacionais extras para os jovens, principalmente o esporte, visando tirar essa classe do mundo da criminalidade e incluindo-os na sociedade e possibilitando maiores oportunidades de melhoramento de vida. Ademais, foi citado também a luta contra a corrupção dentro das próprias instituições que buscam combater o crime.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discutiu a respeito da história da formação da segurança pública, da Legislação vigente e da situação atual no Brasil. Ademais, viu-se também um pouco a respeito das principais instituições que são responsáveis por promover a segurança pública na cidade de Limoeiro do Norte como o Raio, a Polícia Civil e Militar, a Guarda Municipal e o Corpo de Bombeiros.

Limoeiro do Norte, no estado do Ceará, conta com várias ações que possibilitam a diminuição da criminalidade, como o uso de câmeras de videomonitoramento e a ação da guarda municipal, além das ações policiais. A unidade do Raio veio para somar esforços no combate à violência.

Dentre as instituições presentes no município, o Raio é a que mais apresenta efetividade na visão da população, já que suas ações são mais eficientes que as demais. Outro fator que se pôde estabelecer relação por meio dos dados coletados é que, na visão dos limoieirenses, o uso de motocicletas facilita muito na hora de perseguições policiais, devido à sua rapidez e agilidade. Devido a isso, pode ser que o sucesso do Raio esteja relacionado ao tipo de metodologia e transporte utilizados por eles.

Sabe-se que a redução da insegurança e dos altos índices de violência não será resolvida de maneira imediata, e sim, com o tempo, sendo necessária a participação e apoio da população, e, principalmente, de ações efetivas implementadas pelo Estado que combatam a criminalidade. A segurança pública é algo que só vai acontecer quando cada um fizer sua parte, cumprindo suas obrigações e seus papéis.

Assim, os agentes da PM, a PC, o Raio, a Guarda Municipal e os Bombeiros devem buscar sempre cumprir os propósitos de sua profissão com respeito, dignidade, ética e eficiência, e não colaborar com o que eles tentam diariamente combater.

É importante que todos os formadores da administração pública possam se empenhar em não deixar esse assunto apenas no papel, mas sim, trazê-lo para a realidade, trabalhando em conjunto com os demais órgãos públicos a fim de trazer mais segurança e qualidade de vida à população. É importante também que a população possa ajudar, apoiando e ajudando tais profissionais na promoção da segurança.

Portanto, os estados não devem esperar por uma legislação ou ação federal para que possa tentar resolver os problemas de segurança pública, assim como os municípios também

não devem esperar uma legislação estadual para tentar resolver a questão da segurança municipal, cabendo a todos, de forma individual, utilizar-se de sua autonomia para promover ações que busquem o bem social.

Outras pesquisas acadêmicas podem ser desenvolvidas envolvendo o tema “segurança pública” com vistas ao aprofundamento das discussões sobre esse tema tão relevante para a nação, inclusive com maior amplitude e por meio do emprego de técnicas estatísticas robustas.

A respeito da aplicação de um questionário feito com alguns voluntários, foi possível constatar que 40% dos respondentes já sofreram algum tipo de violência ou que foi alvo de alguma criminalidade, mas não tiveram seus casos resolvidos pela polícia. Isso não é apenas um problema municipal, e sim, em escala federal, já que a resolução de casos no Brasil é muito baixa.

Além disso, constatou-se por meio deste questionário que o principal problema do município estudado, na visão dos respondentes da pesquisa, é o tráfico de drogas, seguido de assaltos e homicídios, assim como em quase todas as cidades brasileiras. Normalmente esses crimes estão interligados de alguma forma.

Dessa forma, o trabalho conseguiu atingir seus objetivos, pois avaliou, por meio de pesquisa de campo com aplicação de questionários, se a segurança pública municipal está conseguindo ser capaz de promover segurança e bem-estar aos seus moradores, de maneira eficiente, pois foi visto que os índices de criminalidade vêm diminuindo com o passar dos anos e que o município não tem registrado muitos casos de violência. Isso permite que os seus moradores, em sua maioria, se sintam seguros ao transitar pelas ruas da cidade ou até mesmo, em seu próprio lar.

Assim, conclui-se que a segurança pública de Limoeiro do Norte está indo pelo caminho certo, já que, em linhas gerais, as ações policiais estão conseguindo combater o crime. Não obstante, isso não significa que não seja preciso realizar mudanças, pelo contrário, tais instituições devem sempre procurar melhorar em seus serviços, e sempre haverá onde e como melhorar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Enoque Alves de. **Segurança Pública: o crescimento do crime e da violência sob o enfoque dos homicídios no município de Praia Grande no ano de 2016.** Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Praia Grande, SP, 2017, 35p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal.** Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em:

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 03 maio 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **Medida Provisória nº 2.029, de 20 de junho de 2000.** Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de arma de fogo, e dá outras providências. Brasília, 20 jun. 2000.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 3. 695, de 21 de dezembro de 2000.** Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, 21 dez. 2000.

_____. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.** Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, 11 jun. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Segurança Pública e polícias no Brasil: problemas do sistema atual – Bloco 2.** Câmara dos Deputados, Rádio Câmara, 23 out. 2018b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/564475-SEGURANCA-PUBLICA-E-POLICIAS-NO-BRASIL-PROBLEMAS-DO-SISTEMA-ATUAL-BLOCO-2.html>>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. Governo Federal. **Sistema Único de Segurança Pública – Susp.** Ministério da Segurança Pública, Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1544705396.44>>. Acesso em: 23 maio 2019.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana. **Nada a comemorar.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública, G1, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/nada-a-comemorar.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2019.

CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. **Brasil registra quase 60 mil pessoas assassinadas em 2017.** G1, Monitor da Violência, 22 mar.2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/brasil-registra-quase-60-mil-pessoas-assassinadas-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2019.

CEARÁ, Governo do Estado. **Limoeiro do Norte ganha sistema de videomonitoramento e BPRaio**. Governo do Estado do Ceará, Segurança, 05 mai. 2018a. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2018/05/05/limoeiro-do-norte-ganha-sistema-de-videomonitoramento-e-bpraio/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. **Referência nacional: BPRaio completa 14 anos de atuação no Ceará em plena expansão**. Governo do Estado do Ceará, PMCE, 23 mar. 2018b. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/2018/03/23/referencia-nacional-bpraio-completa-14-anos-de-atuacao-no-ceara-em-plena-expansao/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Suspeito de tentativa de homicídio em Limoeiro do Norte é preso em Fortaleza**. Polícia Civil, 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.policiacivil.ce.gov.br/2019/01/31/suspeito-de-tentativa-de-homicidio-em-limoeiro-do-norte-e-preso-em-fortaleza/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

CRUZ, Gleice Bello da. A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular. **Cadernos de Segurança Pública**, mar. 2013, ano 5, nº 4, 9 p.

G1. **Maioria dos crimes no Brasil não chega a ser solucionada pela polícia**. Jornal da Globo, 29 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/04/maioria-dos-crimes-no-brasil-nao-chega-ser-solucionada-pela-policia.html>>. Acesso em: 02 maio 2019.

G1 CE. **Ceará tem primeiro dia sem ataques criminosos após onda de violência de 26 dias seguidos**. Globo – Ceará, 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/29/ceara-tem-primeiro-dia-sem-ataques-criminosos-apos-onda-de-violencia-de-26-dias-seguidos.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. **Limoeiro do Norte, no Ceará, registra 8 assassinatos em menos de 12h**. Globo – Ceará, 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/11/limoeiro-do-norte-no-ceara-registra-oito-assassinatos-em-menos-de-12-h.html>>. Acesso em: 02 maio 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2002.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

GREY, Amanda. O papel da Guarda Municipal na Segurança Pública. **Jusbrasil**, 2017. Disponível em: <<https://amandagrey.jusbrasil.com.br/artigos/471220443/o-papel-da-guarda-municipal-na-seguranca-publica>>. Acesso em: 03 maio 2019.

IBGE. **Limoeiro do Norte**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v4.3.17.2; Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/limoeiro-do-norte/panorama>>. Acesso em: 20 maio 2019.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, Polícias e Segurança Pública no Brasil. Revista Direito GV, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr. 2016.

LIMOEIRO DO NORTE, Prefeitura de. **Lei nº 1739/2013, de 27 de março de 2013**. Institui e normatiza a estrutura, organização e atribuições da Guarda Municipal de Limoeiro do Norte e dá outras providências. Limoeiro do Norte, 27 mar. 2013. Disponível em: <https://www.camaralimoeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/299/Leis_1739_2013.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

LIMOEIRO DO NORTE, Prefeitura de. **Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Limoeiro do Norte: Diagnóstico Integrado**. Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades - Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Ceará, Limoeiro do Norte, nov. 2018, 287 p.

MENEZES, CÉSAR. **Negros representam 71% das vítimas de homicídios no país, diz levantamento**. G1, Jornal Nacional. São Paulo, 18 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/negros-representam-71-das-vitimas-de-homicidios-no-pais-diz-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2019.

MORETTI, Isabella. **Metodologia de Pesquisa do TCC: conheça os tipos e veja como definir**. Via Carreira, 16 jul. 2018. Disponível em: <<https://viacarreira.com/metodologia-de-pesquisa-do-tcc-110040/>>. Acesso em: 31 maio 2019.

NICASTRO, Isadora. Polícia Civil: entenda a sua atuação em 5 tópicos. **Politize!**, 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/policia-civil/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

RIBEIRO, Fernando. **Homicidrômetro: Assassinatos no Ceará em 2019**. Blog do Fernando Ribeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php>>. Acesso em: 23 maio 2019.

_____. **Violência armada em Limoeiro do Norte deixa mais um jovem morto a tiros nesta quinta-feira**. Blog do Fernando Ribeiro, 16 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/2779-violencia-armada-em-limoeiro-do-norte-deixa-mais-um-jovem-morto-a-tiros-nesta-quinta-feira>>. Acesso em: 23 maio 2019.

SILVA, Fernando Carlos Santos da. Aspectos legais do emprego do exército na garantia da lei e da ordem. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 30, jun 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1179>. Acesso em: 23 maio 2019.

SOUZA, Isabela. Polícia Militar: entenda a sua atuação em 7 perguntas. **Politize!**, 20 out. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/policia-militar/>>. Acesso em: 02 maio 2019.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. A Segurança Pública no Brasil. **Jusbrasil**, 2012. Disponível em: <<https://luisantoniodesouza.jusbrasil.com.br/artigos/121938171/a-seguranca-publica-no-brasil>>. Acesso em: 02 maio 2019.

TVJ1. PM de Limoeiro do Norte agora conta com o serviço de WhatsApp para combater o crime. Limoeiro do Norte, 13 jun. 2016a. Disponível em: <<http://tvj1.com.br/policial/noticias/pm-de-limoeiro-do-norte- agora- conta- com- servico- whatsapp- para- combater- o- crime. html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

_____. **33 guardas municipais, 08 novos agentes de trânsito e 10 da Defesa Civil tomam posse em Limoeiro.** Limoeiro do Norte, 28 set. 2016b. Disponível em: <<http://tvj1.com.br/regional/noticias/33-guardas-municipais-08-novos-agentes-de-transito-e-10-da-defesa-civil-tomam-posse-em-limoeiro.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

_____. **4ª cia do 1º BPM em Limoeiro do Norte receberá 5 novas viaturas para reforçar a segurança.** Limoeiro do Norte, 28 set. 2018. Disponível em: <<http://tvj1.com.br/regional/noticias/4-cia-do-1-bpm-em-limoeiro-do-norte-recebera-5-novas-viaturas-para-reforcar-a-seguranca.html>>. Acesso em: 22 maio 2019.

VENTRIS, Osmar. **Guarda municipal: Poder de polícia e Competência.** 2. Ed. São Paulo: IPECS, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA EM LIMOEIRO DO NORTE/CE

- 1) Sexo
 Feminino Masculino Não definido

- 2) Idade
 18-30 30-60 Acima de 60

- 3) Como você acha que está a segurança pública na cidade de Limoeiro do Norte?
 Ótima Boa Regular Ruim Péssima

- 4) Qual a sua sensação ao andar pelas ruas de Limoeiro do Norte?
 Paz Tranquilidade Segurança Medo Insegurança
 Outro: _____

- 5) Alguma vez você já foi vítima de alguma violência (ex. assalto, roubo, de transito, em casa?)
 Sim Não Mais ou menos
 Caso sim, qual? _____
 Caso sim, o seu problema foi resolvido? _____

- 6) Você acha que os índices de violência dessa cidade, com o passar dos anos, aumentaram, diminuíram ou ficaram estáveis?
 Aumentaram Diminuíram Estáveis Não Sei

- 7) Você sabe quais são as organizações responsáveis por manter a segurança pública?
 Sim Não Mais ou menos
 Caso sim, quais? _____

- 8) Quais destas instituições estão PRESENTES na cidade de Limoeiro do Norte, e que são RESPONSÁVEIS pela SEGURANÇA PÚBLICA?
 Exército Marinha Aeronáutica
 Polícia Civil Polícia Militar Agente Penitenciário
 Bombeiros RAI0 Guarda Municipal
 Outro: _____

9) Você acha que elas são eficientes?

Sim Não Mais ou menos

10) Qual você acha a mais eficiente? _____

11) Qual o/a tipo/modalidade de policiamento que considera mais eficaz na cidade?

A pé De motocicleta Em viatura A cavalo

Outro: _____

12) Caso ocorra alguma situação com você ou com alguém, você sabe para quais números ligar ou aonde deva ir?

Sim Não Mais ou menos

13) O município possui políticas públicas que buscam promover a segurança?

Sim Não Mais ou menos Não sei

14) Quais as principais causas de insegurança no município?

15) Qual o principal delito cometido na região?

Assalto Furto Tráfico de drogas Violência doméstica

Outro: _____

16) Sobre drogas, é um problema enfrentado pelo município?

Sim Não Mais ou menos Não sei

17) Os menores de idade têm participação nesses delitos?

Sim Não Mais ou menos Não sei

18) O que poderia ser feito para melhorar a segurança pública em Limoeiro do Norte?

